

Cartografia Social, Pensamento Decolonial e Metodologias Não-Extrativistas: compartilhamento de saberes entre povos originários e populações invisíveis

Amanda Ribeiro Carolino

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui em uma discussão teórica que procura articular os debates sobre cartografia social à teorização decolonial e às chamadas metodologias não-extrativistas. Em sociedades marcadas pela desigualdade, racismo estrutural, epistemicídios e invisibilidade de populações tradicionais, sobretudo os povos originários, mas também comunidades, coletivos e indivíduos vivendo em periferias e integrando grupos estigmatizados e silenciados por violências diferentes, a cartografia social e sua articulação com as teorizações e demarcações decoloniais se apresentam como estratégia de pesquisa, extensão e produção compartilhada de conhecimento essencial para investigadores comprometidos com a promoção da justiça ambiental, equidade e do Bem-Viver (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD, 2013; ACOSTA, 2016; DIAS, OLIVEIRA, 2018; DIAS *et al.*, 2018 ALMEIDA, 2019).

As sociedades humanas tem a necessidade de grafar seu espaço vivido através de pinturas rupestres, desenhos, e outras formas de representar seu espaço de vivência. Quando nos remetemos à cartografia, vem à mente a concepção dos modelos dentro da lógica das representações, do cartesianismo, cálculos matemáticos e etc. De acordo com Péran (2013), “a cartografia é uma ciência da representação de um território basicamente para sua gestão política, cultural, inclusiva e afetiva (p. 105)”. Contudo os mapas sempre foram vistos como instrumentos de análise sob um determinado espaço/território e também como mecanismo de poder.

A proposta deste ensaio é apresentar uma cartografia que se distancia dos conceitos tradicionais de representação e mapeamento dos territórios. Trata-se da cartografia social, que é considerada uma proposta teórica-metodológica na qual os sujeitos pertencentes aos espaços/territórios são aqueles que constroem os mapas referentes ao seu espaço de vivência. É um ramo da ciência cartográfica que busca realizar mapas de forma crítica e participativa,

demarcando e caracterizando espacialmente contextos territoriais conflituosos a partir de seus símbolos (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

No presente artigo, procuramos aproximar a cartografia social das abordagens decoloniais em territórios marcados pelo extrativismo, voltadas para a articulação de demandas, emancipação e compartilhamento de saberes de povos invisibilizados e comunidades tradicionais. Isto porque, na cartografia social são valorizados os saberes das comunidades e grupos invisibilizados, a partir da percepção destes sobre “o seu território e suas práticas cotidianas de vivência”, ao contrário da demarcação e mapeamento convencional de territórios, que tem como seu protagonista o Estado, através dos técnicos e outros profissionais qualificados ou formados a partir dos saberes institucionalizados na sociedade contemporânea, apresentando um mapeamento sob o viés de quem não é “habitante” daquele espaço.

As abordagens decoloniais buscam decodificar os modelos coloniais que impõem o pensamento hegemônico europeu na América Latina, seguindo a lógica de que poder e conhecimento andam juntos, e apenas as teorias e metodologias do Norte são consideradas relevantes, principalmente as eurocêntricas. Os teóricos decoloniais questionam principalmente a manutenção desse modelo ainda na sociedade contemporânea, em todos os âmbitos, seja na educação, na política, na cultura e outros espaços. O resultado disso é a perpetuação dos discursos de dominação que implica nas ações discriminatória dos sujeitos sobre povos originários e grupos sociais vulneráveis.

A motivação principal deste estudo, parte do intuito em analisar a possível aproximação entre a cartografia social e metodologias não extrativistas decoloniais. Metodologias que partem da noção do conhecer/pesquisar “com” e não conhecer “sobre”, que é a base das discussões do autor Boaventura de Sousa Santos, acerca das metodologias colaborativas não extrativistas, que tem a ver também com outras abordagens teóricas de autores como Paulo Freire e Orlando Fals Borda em suas propostas em relação à pesquisa-ação e pesquisa-intervenção participante, centradas no fortalecimento dos grupos sociais e populações oprimidas.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2019), o termo “descolonização” ou “decolonial” não tem a ver apenas com independência política, mas refere-se antes a um amplo processo histórico de recuperação ontológica, ou seja, o reconhecimento dos conhecimentos e a reconstrução da humanidade. Incluindo o direito inalienável de um povo de ter a sua própria história e de tomar decisões com base na sua própria realidade e na sua própria experiência.

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura especializada no assunto, a fim de encontrar eixos e interseções entre ambas as abordagens, da cartografia social e os estudos descoloniais e metodologias não extrativistas. A proposta deste estudo bibliográfico é justamente avançar metodologicamente a partir do paradigma da cartografia social enquanto método colaborativo, participativo e emancipatório voltado para a articulação de demandas comunitárias e compartilhamento de saberes que durante séculos permaneceram silenciados e invisibilizados pelos modelos hegemônicos. A proposta é que essa discussão permita que futuramente melhor se articule as aproximações acerca da cartografia social enquanto método não extrativista, voltados para o reconhecimento de saberes e conhecimentos ocultos de grupos sociais e comunidades tradicionais.

O PENSAMENTO DECOLONIAL E AS NOVAS FORMAS DE SE FAZER PESQUISA

Ao se tratar da perspectiva decolonial, trata-se de estudos propostos por autores que são contrários as abordagens coloniais/modernas, em que a produção de conhecimento está pautada nos saberes eurocêntricos, marginalizando os saberes existentes do outro lado da fronteira onde se encontram os povos do sul global, ou povos que foram colonizados. Aqui, neste artigo procuramos propor uma discussão com ênfase em autores latino-americanos que desenvolveram ao longo das últimas décadas estudos na perspectiva decolonial no sentido de despertar nos teóricos, pesquisadores, universidades, e nas próprias comunidades da América Latina a importância de conhecer uma nova ideia e concepção deste território ao qual estamos inseridos, coberto por culturas, saberes e subjetividades que foram violadas pela colonialidade do poder.

Quijano (2005), foi um dos precursores dos estudos decoloniais na América Latina. Segundo o autor, para pensar o decolonial faz-se necessário pensar como a colonialidade do poder ainda exerce influência em nossos modos de produzir conhecimento, nas nossas práticas cotidianas e nas próprias instituições. Para tanto, o mesmo afirma que a colonialidade e a modernidade criaram o ideário de raça, onde os povos não europeus eram classificados como povos “primitivos”, uma vez que durante o advento da modernidade, o continente europeu foi considerado como o centro da racionalidade e da civilização, dando início a um processo de classificação das raças e classes. Além do ideário de raças e classes, a colonialidade junto à modernidade, estabeleceram a concepção de “humanidade” segundo a

qual a população do mundo se diferenciou em superior e inferior, racionais e irracionais, primitivos e racionalizados.

Nesse mesmo contexto, a colonialidade, o capitalismo e a modernidade, juntos instituíram as estruturas de controle do trabalho (QUIJANO; 2005), onde houve a expansão da exploração dos recursos naturais, da mão de obra e etc. Historicamente o continente latino-americano, desde a sua descoberta, tem sofrido os impactos negativos da colonialidade europeia, bem como do avanço do capitalismo comercial, isso porque as terras latino-americanas passaram por um longo processo de extração dos recursos naturais aqui existentes, exploração da mão de obra dos povos originários que aqui existiam antes mesmo da descoberta do território por parte dos europeus. Contudo, a Europa obteve o comando de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento originário das América Latina.

Como pode-se observar, os estudos de Quijano (2005), o autor vêm denunciando todo o contexto de exploração e controle da colonialidade do poder na América Latina. Outros autores que sucederam seus estudos com base nos estudo de Quijano, propuseram possibilidades de extrapolar essa colonialidade a partir das práticas cotidianas. Dentre esses autores, Mignolo (2017) propôs em seus estudos a ideia do pensamento “fronteiriço”, onde o mesmo afirma que precisamos estar “inseridos” nesse sistema (colonialidade) para então se pensar em alternativas de pensar fora dela. O pensamento fronteiriço parte do pressuposto de que, é necessário redefinir as formas de conhecimento subalternas, que se transformaram em pensamentos colonizados pelos discursos dominantes (MIGNOLO; 2017).

Segundo Mignolo (2017), o pensamento decolonial fronteiriço surge como a proposta de afirmar o conhecimento que foi negado pela modernidade/colonialidade, logo, essa forma de pensamento decolonial, busca fazer emergir as vozes dos povos subalternizados da América Latina, que por muitos anos estiveram silenciadas pela colonialidade do poder. O pensamento de fronteira, produz uma redefinição da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas, no intuito de extrapolar as definições impostas pelas modernidade/colonialidade europeia. O pensamento de fronteira é, portanto, uma manifestação da decolonialidade possibilitada pelos subalternos. Este pensamento vai operar como resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais, que têm em comum “a premissa de que existe apenas uma única tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade” (MIGNOLO; 2003, p. 52).

De acordo com o pensamento fronteiriço ou de fronteira, os saberes subalternos são modos de resistência “que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de

conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica das subjetividades subalternas, pensada a partir de uma epistemologia de fronteira”, valorizando portanto os saberes outros. Os saberes outros, são aqueles saberes existentes nas comunidades tradicionais e territórios marginalizados, tais como, os aglomerados urbanos, as tribos/aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Vale ressaltar que ambos autores tratados até aqui, são a favor da “desobediência epistêmicas”, que gira em torno de não seguir os modelos de pesquisa, metodologias e produção de conhecimento estabelecidas pela ciência, onde a inventividade é substituída pela reprodução. Aqui a proposta é desobedecer essa lógica, e instituir novas perspectivas de pesquisa, centralizadas nos conhecimentos, e experiências dos povos originários e subalternos. Mignolo (2017; p. 16), afirma que

A decolonialidade requer desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiro é por definição pensar na **exterioridade**, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade. Pensar do lado de dentro do sistema moderno, de dentro para fora “externo” e não na “interioridade”. Pensar na exterioridade é a única condição para aquele pesquisador que não almeja simplesmente repetir o pensamento hegemônico e moderno que não fez outra coisa senão escolher, julgar e sumariamente excluir os saberes outros, pelo fato de estar assentada num pensamento dualista e racializado.

Com base nisso, pode-se constatar que as pesquisas que não são desenvolvidas e pensadas na “exterioridade” mesmo quando pensadas do lado de dentro, estão cada vez mais inclinadas a perpetuar a falácia conceitual que reforça cada vez mais dentro das academias e das demais instituições onde são desenvolvidas pesquisas, a exclusão preconceituosa dos saberes existentes nos territórios subalternos. Sob esse viés, as teorias decoloniais surgem como uma forma de valorizar os conhecimentos que não são considerados como relevantes dentro da academia, e no conhecimento científico, e surge como suporte através de suas propostas metodológicas, de fomentar a participação, o engajamento e a centralidades das comunidades tradicionais e populações invisibilizadas, de compartilhar conhecimento e criar resistências frente à resolução de suas demandas.

CARTOGRAFIA SOCIAL E METODOLOGIAS NÃO EXTRATIVISTAS

A Cartografia Social é uma proposta conceitual e metodológica de transformação e planificação social que se utiliza para ajudar em processos comunitários do qual participam todos os atores sociais (WAGNER, 2010), ou seja, trata-se de uma ferramenta social que possibilita a construção do conhecimento de maneira coletiva reforçando o compromisso social das comunidades e dos territórios para a sua transformação e desenvolvimento. Historicamente a cartografia esteve e está atrelada a concepção dos mapas, elaborados pelo Estado, onde os mesmos tem como objetivo representar os territórios de acordo com a ótica das instituições. Ao contrário da cartografia convencional, a cartografia social busca através dos mapeamentos participativos e/ou mapas sociais, permitir que os sujeitos e populações pertencentes aos territórios construam seus mapas de acordo com suas percepções, vivências e histórias constituídas nestes espaços (ACSELRAD 2013; GORAYEB 2014; WAGNER 2010). Conforme argumenta Acselrad (2013),

“O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeitos “cartografantes”, mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundos” (p. 17).

Desse modo a cartografia social é considerada um instrumento de emancipação que possibilita o engajamento comunitário e a participação colaborativa e inclusiva na confecção dos mapas, sejam estes para a delimitação territorial ou para o compartilhamento de saberes existentes nestes espaços, que durante muito tempo se mantiveram silenciados. Alberdi (2012) assegura que a Cartografia Social é praticada em oposição ao modelo hegemônico, sendo uma construção territorial em que as relações de poder são transformadas a partir da participação ativa dos habitantes presentes no território, onde o interesse coletivo se esforça para orientar as políticas implementadas.

As forças envolvidas nas práticas da cartografia social têm refletido, portanto, em grande proporção, lutas sociais por reconhecimento identitário e territorial (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 5). Pode-se constatar que para além da dimensão territorial envolvendo o

uso da cartografia social, existe também a dimensão identitária, pois durante o processo de construção dos mapas, os sujeitos pertencentes aos territórios cartografados, constroem suas representações a partir dos processos afetivos, de vivências e outras dimensões subjetivas que ocorrem nestes respectivos espaços. Dessa maneira, ao invés de se classificar os mapas em termos de precisão ou cientificidade, dever-se-ia considerá-los somente quanto a sua utilidade – ao quão efetivos são eles em atingir os objetivos para os quais foram desenvolvidos – e seu alcance (ACSELRAD; apud, BARRETTO, 2013 p.23).

Um ponto a ser destacado nas práticas da cartografia social, diz respeito à relação do pesquisador com os sujeitos que compõem o campo em que a ação é desenvolvida. Ao adentrar no território das comunidades, faz-se necessário ter uma postura lateral ao campo, ou seja, um diálogo horizontalizado, e o compartilhamento de conhecimentos e ideias. Na construção dos mapas participativos, os saberes tradicionais e comunitários são a base do processo, desse modo faz-se necessário uma neutralização do conhecimento por parte do pesquisador, frente à mediação destes processos. Contudo, esta prática consiste em um “pesquisar com, e não pesquisar sobre”.

Quanto às metodologias não extrativas, são aquelas contrárias aos métodos que são orientados para a extração do conhecimento sob a forma de matéria prima - informação relevante - que são fornecidas por objetos de estudo, sejam estes humanos ou não humanos (SANTOS; 2019, p. 194). Essa extração se dá até que as “fontes” de extração não tenham mais o que oferecer, portanto essas metodologias só perpetuam critérios hegemônicos de se fazer pesquisa. As não-extrativistas, pelo contrário, buscam o conhecimento através da cooperação entre os sujeitos pertencentes ao campo de pesquisa, não havendo portanto a hierarquia entre pesquisador e objeto de estudo.

A proposta da metodologia não extrativista é o de construir conhecimento junto aos excluídos das sociedades, seja a população periférica urbana, grupos sociais estigmatizados ou considerados marginais, comunidades tradicionais, povos tradicionais e toda uma gama de comunidades, coletividades e indivíduos estigmatizados e alvo de diferentes formas de racismo, exclusão e injustiças nas sociedades contemporâneas. A perspectiva é fortalecer esses sujeitos frente à consciência de seus direitos e manifestação, apropriação e reprodução de seus saberes como protagonistas, a partir de um lugar de centralidade e autonomia nesses processos e também nas lutas sociais.

As metodologias não-extrativistas, assim como a cartografia social, buscam a construção do conhecimento e trocas de saberes/experiências de forma horizontalizada. Uma

característica desses métodos são os processos de subjetividade que perpassam essas práticas, no sentido que o contato com o espaço de vivência transforma “objetos” de estudo em “sujeitos”, e a pesquisa torna-se um pesquisar junto com os sujeitos e não acerca destes. O pesquisador que se propor a desenvolver esse tipo de método, precisa ter uma postura “aberta” ao campo, pois é ele que dita as regras da pesquisa, e cabe ao pesquisador acompanhar os processos que se dão naquele espaço/tempo, deste modo o mesmo precisa ter uma habilidade para escutar, dialogar, e ao mesmo tempo fomentar o engajamento dos sujeitos no decorrer da pesquisa.

Outro ponto a ser destacado é que esses processos envolvendo a cartografia social e/ou métodos colaborativos são estratégias capazes de fortalecer a luta por protagonismo, autonomia e centralidade por parte dos atores locais inseridos em territórios marcados pelo extrativismo. As metodologias não extrativistas, estão associadas ao chamado Pensamento Pós-Abissal que é construído através das mínguas epistêmicas, ou seja através do trabalho coletivo (a co-criação de conhecimento) por um bem considerado comum (o fortalecimento da resistência e das lutas contra a dominação). Considerar a cartografia social enquanto metodologia não extrativista, é pensar em novos modos de fazer pesquisa nas áreas da Ciências Humanas, Ciências Sociais e afins, no intuito de levar em consideração e legitimar conhecimento ditos não-científicos, ou marginais que muito podem contribuir para o cenário científico e acadêmico das universidades e centros de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente discussão buscou aproximar as diferentes abordagens de cartografia social do pensamento decolonial e das metodologias não-extrativistas. Essas reflexões teóricas podem aprofundar a compreensão da relevância, alcance, cuidados e armadilhas que a cartografia social incorre quando está associada a inserções territoriais de grupos de pesquisa e extensão orientados para o protagonismo, autonomia e centralidade dos atores locais.

Pode-se constatar através da literatura aqui proposta, que as metodologias não-extrativistas decoloniais estão direcionadas para um novo modo de se fazer pesquisa principalmente na academia, local onde ainda é predominantes as práticas tradicionais e hegemônicas que apresentam um perfil descritivo de uma determinado grupos ou território. Ao mesmo tempo tais alternativas, se veem diante de obstáculos a serem ultrapassados, uma vez que, esses métodos visam valorizar e dar visibilidade a saberes “outros” que sempre estiveram a margem do conhecimento.

Desse modo, esperamos que nossa discussão possa despertar mais reflexões e estudos, inclusive aqueles baseados em pesquisas de campo e inserção em territórios no contexto brasileiro, cujo encontro entre diferentes tradições de cartografia pode apoiar as lutas emancipatórias. Se durante parte importante da ocupação dos territórios da América do Sul a cartografia serviu aos “podres poderes” dos povos colonizadores, a partir da sua dimensão como estratégia, método e ferramental social, como Cartografia Social em sua literalidade, esse importante repertório de trabalho nos territórios pode ampliar os horizontes de uma Geografia comprometida com a Ecologia de Saberes (Morin, 2008), com as Epistemologias do Sul (Santos, 2007), com uma “Razão Sentir-Pensante” (Borda, 1994, 2014), com uma Geografia baseada na “Esperança” (Freire, 1997, 2001) e com toda sorte de metodologias que se opõem ao extrativismo do conhecimento e dos saberes.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ACSELRAD, H. Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neo-extrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro. Garamond, 2018.
- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e territórios: um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri. *Cartografia social, terra e território*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. cap. 1, p. 15-41. ISBN 978-85-86136-09-2.
- ALMEIDA, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento, 204p.
- BORDA, O. F. Ciencia, compromiso y cambio social. In *Polis [online]*. 2014, vol.13, n.38, pp. 637-641. (Vol. 13, Issue ISSN 0718-6568.).
<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v13n38/art29.pdf>
- BORDA, O. F. *El Problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis*. (7a ed.). Colombia: Tercer Mundo, 1994.
- DIAS, A. L. F. et al. *Violências de Mercado e de Estado no contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio / Conceição do Mato Dentro*, MG, 2015 a 2017. São Carlos, SP: Editora Scienza, 2018, 240p.
- DIAS, A. L. F.; OLIVEIRA, L. F. *Violações de Direitos e Dano ao Projeto de Vida no contexto da mineração*. São Carlos, SP: Editora Scienza, 2018, 210p.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido* (31st ed.). Paz e Terra, 2001.

GORAYEB, A; MEIRELES, J. A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. *Rede Mobilizadores*, v. 10, 2014.

MORIN, E. *Reforma la educación, la enseñanza, el pensamiento. Este País. Tendencias y opiniones*. México: Câmara Nacional de la Industria, Editora Mexicana, 2008.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, p. 12-32, 2017.

MIGNOLO, W. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. *MASP Afterall*, São Paulo, v. 2, p. 1-14, 10 out. 2021.

SANTOS, B. S. Epistemologias do Sul: desafios teóricos e metodológicos [Internet]. Coimbra: Universidade de Coimbra; 2016. [citado em 2018 out. 10]. Vídeo: 1h 22min 45s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q75xWUBI8aY>.

SANTOS, B. S. Metodologias pós-abissais: Descolonização cognitiva: uma introdução. *In: O FIM do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. cap. 6, p. 161-210. ISBN 978-85-513-0484-6.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-6, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.

WAGNER, A. B. A. Nova cartografia social da Amazônia. 08 mai. 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais. *In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.